

BOMBRIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

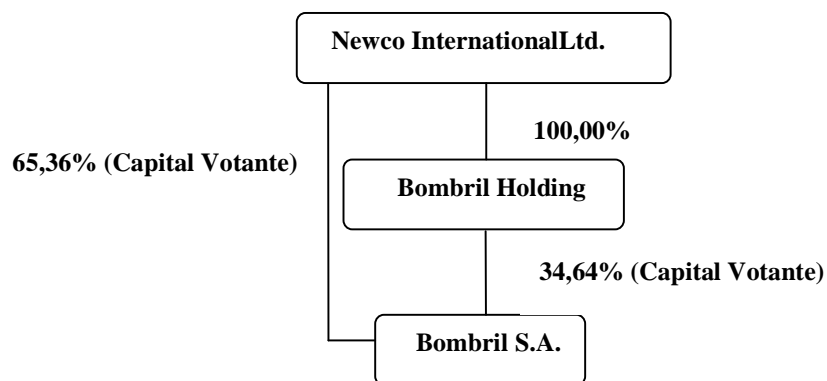
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Newco International Limited, empresa sediada na República das Bahamas, tendo como principal acionista o Sr. Ronaldo Sampaio Ferreira. A sua sede e principal local de negócios se situam na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

A Companhia atua no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam: lã de aço, detergentes líquidos, saponáceos, desinfetantes, limpadores, lava-roupas, amaciantes e outros, os quais chegam à casa do consumidor por meio de marcas consagradas como Bombril, Limpol, Sapólio Radium, Pinho Bril, Praticce, Tanto, MonBijou, Lysoform entre outras.

No período entre 28 de julho de 2003 até 7 de julho de 2006, a Companhia esteve sob Administração Judicial em razão de execução movida pela Newco International Ltd., contra a então controladora indireta, Círio Finanziaria S.p.A, e controladora direta, Bombril Holding S.A..

A estrutura atual de controle da Companhia está representada, conforme segue:



A Administração tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento da Companhia para o crescimento e expansão de seus negócios, melhoria da sua situação patrimonial e financeira e aumento da geração positiva de seu fluxo de caixa.

Entre estas medidas, destacamos:

- (i) Permanente atenção aos custos e despesas, com programas internos de monitoramento e revisão de contratos, negociação com os principais fornecedores e o fortalecimento dos controles internos;
- (ii) Revisão qualitativa nas políticas comerciais, buscando melhor equilíbrio nas relações com os clientes e rentabilidade dos produtos;
- (iii) Equalização do perfil de endividamento financeiro da Companhia, gerando caixa para o capital de giro e buscando recursos de médio e longo prazo no mercado financeiro, preferencialmente para os investimentos necessários à sua expansão;
- (iv) Manutenção dos investimentos industriais que são de fundamental importância para a atualização e modernização do parque fabril, além de proporcionar significativas reduções de custos;
- (v) Investimentos em campanhas de marketing para preservação e crescimento da imagem e presença dos produtos no mercado, nos diversos segmentos em que atua;
- (vi) Desenvolvimento e lançamento de diversos produtos, ampliando a cesta de soluções de higiene e limpeza, como requisito para a expansão dos negócios e maior presença da Companhia no mercado;
- (vii) Projetos de redução de custos e de desenvolvimento da malha de distribuição comercial e logística, através de projeto de “Go to Market” entre outros.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2013, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam potencialmente produzir efeitos sobre estas demonstrações contábeis.

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards “IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê

de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial em controladas, controladas em conjunto e coligadas, enquanto conforme as regras do IFRS seriam ao custo ou ao valor justo.

Tendo em vista não existir diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Demonstrações contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as Sociedades consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A. de 12,17% da Bombril Overseas Inc.

Bombril Mercosul S.A.

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia.

Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.

Em 30 de abril de 2010, ocorreu a alteração da denominação social da Tevere Empreendimentos e Construções S.A. para Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. É controlada direta da Bombril S.A., que detém participação de 78,18% do seu capital social, está sediada em Araçariguama, Estado de São Paulo e tem como principal objetivo a construção civil, a urbanização, os melhoramentos das áreas urbana ou rural, a realização de obras de infraestrutura e de loteamento e incorporação por conta própria e de terceiros.

Bombril Overseas Inc.

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,83% no seu capital social e participação indireta de 12,17% no seu capital social por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., a Bombril Overseas Inc. está constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle, etc. A Administração está tomando as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

Constituída em 28 de maio de 2010, esta empresa é controlada indireta da Bombril S.A., por meio da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. que detém

participação de 59,71% do seu capital social, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como principais atividades obras de urbanização – ruas, praças, calçadas, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e serviços de engenharia e arquitetura.

São Paulo Prime Outlets S.A.

Constituída em 27 de maio de 2011, esta empresa é controlada indireta da Bombril S.A., por meio da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. que detém participação de 24,49% do seu capital social, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como principais atividades obras de urbanização – ruas, praças, calçadas, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e serviços de engenharia e arquitetura.

Bril Cosméticos S.A.

Constituída em 3 de maio de 2011 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 1,85% e participação indireta de 98,15% no seu capital social por meio da Bombril Mercosul S/A com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal.

A participação societária da Bombril S.A. sobre suas controladas diretas e indiretas encontra-se da seguinte forma:

Controladas	Participação (%)			
	31.12.12		31.12.11	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	0%	100%	0%
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	78,18%	0%	78,18%	0%
Bombril Mercosul S.A.	0%	100%	0%	100%
Bombril Overseas Inc.	87,83%	12,17%	87,85%	12,15%
Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	0%	59,71%	0%	60,38%
São Paulo Prime Outlets S.A.	0%	24,49%	0%	24,49%
Bril Cosméticos S.A.	1,85%	98,15%	75%	0%

2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor presente, se relevante, e de realização. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação / amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g. Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

h. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

i. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado

no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

j. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

k. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(i) Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os

impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

n.1 Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

n.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria informações trimestral individual e consolidada.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

n. 3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

o. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

p. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

q. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Bombril S.A..

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio Líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido.

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória conforme as IFRSs.

2.4. Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB para adoção posterior a 31 de dezembro de 2012

Investment Entities - Em outubro de 2012 o IASB emitiu uma atualização aos pronunciamentos IFRS 10 - Consolidated Financial Statements IFRS 12 – Disclosure Of Interests In Other Entities e IAS 27 – Separate Financial Statements, que dentre outros itens, define o conceito de entidade de investimento e introduz uma exceção para a Consolidação de subsidiárias específicas para entidades de investimento.

Consolidated Financial Statements, Joint Arrangements and Disclosure of Interests in Other Entities: Transition Guidance - Em junho de 2012 o IASB emitiu uma atualização aos pronunciamentos IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, IFRS 11 – Joint Arrangements e IFRS 12 - Disclosure Of Interests In Other Entities, que, dentre outros itens, esclarece questões sobre a data de adoção do IFRS 10 e os aspectos referentes à apresentação de informações comparativas do IFRS 11 e IFRS 12.

Annual Improvements to IFRSs – Em maio de 2012 o IASB emitiu as atualizações anuais consolidadas, para o exercício de 2012. As atualizações representam alterações não urgentes, mas necessárias, aos pronunciamentos em geral. Os pronunciamentos afetados foram: IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards, IAS 1 - Presentation of Financial Statements, IAS 16 - Property, Plant and Equipment, IAS 32 - Financial Instruments: Presentation e IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities - Em dezembro de 2011 o IASB emitiu uma atualização aos pronunciamentos IAS 32 - Financial Instruments: Presentation que atualiza o guia de aplicação deste pronunciamento a cerca do reconhecimento de ativos e passivos financeiros de forma bruta e líquida,

Mandatory Effective Date and Transition Disclosures - Em dezembro de 2011 o IASB emitiu uma atualização aos pronunciamentos IFRS 9 - Financial Instruments e IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures que posterga a data inicial de adoção das IFRS 9 e das atualizações ocorridas na IFRS 7 de 1º de janeiro de 2013 para 1º de janeiro de 2015.

IFRIC 20 - Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine - Em outubro de 2011 o IASB emitiu a interpretação IFRIC 20 que define regras para a mensuração e o reconhecimento dos custos de remoção de estéril de mina de superfície nas fases de desenvolvimento e produção.

IAS 19 – Employee Benefits - Em junho de 2011 o IASB reemitiu o pronunciamento IAS 19 sobre benefício a empregados. Dentre as alterações apresentadas, destacamos como as mais significantes: (i) a exclusão da possibilidade de utilização do “método do corredor” – que permitia que os ganhos e perdas atuariais até um limite de 10% do valor presente da obrigação de benefício definido ou do valor justo dos ativos do plano, dentre os dois, o maior pudessem ser apropriados ao resultado pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano; (ii) o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais nos Outros Resultados Abrangentes e; (iii) as despesa e receita financeira do plano passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

IFRS 10 - Consolidated Financial Statements- Em maio de 2011 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 10 sobre demonstrações consolidadas, que dentre outras mudanças, cria um pronunciamento específico para às demonstrações consolidadas, determina que as empresas de controle compar mais serão consolidadas, esclarece os aspectos relacionados a definição de controle e influência significativa e elimina conflitos entre este pronunciamento, o IAS 28 e o IAS 27..

IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures – Em maio de 2011 o IASB reemitiu o pronunciamento IAS 28 sobre investimentos empresas coligadas, que dentre outras mudanças, equipara as empresas de controle compartilhado às empresas coligadas e determina que o investimento em ambas seja mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

IAS 27 - Separate Financial Statements - Em maio de 2011 o IASB reemitiu o pronunciamento IAS 27 sobre demonstrações contábeis separadas, que permanece regulando somente as demonstrações separadas e reflete as atualizações introduzidas pelo IFRS 10 e o IAS 28, que são pertinentes as demonstrações separadas.

IFRS 11 - Joint Arrangements - Em maio de 2011 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 11 sobre contratos em conjunto, que regula a mensuração, o reconhecimento e a apresentação dos contratos e acordos de operação em conjunto, de forma específica para os casos em que não se constituam.

IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities - Em maio de 2011 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 12 sobre investimentos em entidades, que determina, de forma geral, o tratamento contábil para os investimentos em outras entidades, fazendo referências ao IFRS10, IFRS 11, IAS 28 e IAS 27.

IFRS 13 -Fair Value Measurement - Em maio de 2011 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 13 sobre a mensuração de valor justo que define o conceito de valor justo de forma ampla a ser aplicado em todos os casos em que o mesmo seja requerido, e apresenta regras específicas de divulgação para o valor justo.

IFRS 9 - Financial Instruments – Em outubro de 2010 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que dentre outras coisas, altera e simplifica os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de ativos não financeiros. Após atualização em dezembro de 2011, a adoção do pronunciamento será requerida a partir de 1º de janeiro de 2015.

Os referidos pronunciamentos, interpretações e atualizações acima possuem correlatos CPCs que foram emitidos e aprovados, ou estão em processo de emissão e aprovação pela CVM com mesmas datas de adoção. A Companhia entende que não haverá impactos relevantes quando da adoção destas normas em suas demonstrações contábeis.

3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações contábeis e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o crédito tributário.

(ii) Teste de redução do valor recuperável de ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Caixa e bancos	5.742	2.742	3.605	6.879	3.186	3.667
Aplicações financeiras (a)	23.158	14.037	45.860	23.339	19.010	45.860
Total	28.900	16.779	49.465	30.218	22.196	49.527

- (a) Substancialmente representado por aplicações de renda fixa, títulos públicos e privados com remuneração atrelada a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) entre 96,50% a 97,80%.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora			Consolidado		
	Investimento mantidos até o vencimento					
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Operações compromissadas (a)	7.972	17.380	14.324	8.423	17.936	16.911
Total	<u>7.972</u>	<u>17.380</u>	<u>14.324</u>	<u>8.423</u>	<u>17.936</u>	<u>16.911</u>

(a) As operações compromissadas estão atreladas a operações passivas da Companhia sendo remuneradas a taxas que variam entre 70% e 109% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações passivas.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Contas a receber de clientes	171.474	142.465	104.865	172.623	144.548	106.609
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(5.584)	(2.420)	(3.453)	(7.137)	(4.030)	(5.062)
Total	<u>165.890</u>	<u>140.045</u>	<u>101.412</u>	<u>165.486</u>	<u>140.518</u>	<u>101.547</u>

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Contas a receber	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
A vencer	136.965	119.935	87.071	136.101	122.018	87.164
Vencidos:						
De 1 a 30 dias	21.012	12.738	8.160	21.270	12.738	8.160
De 31 a 60 dias	4.221	2.000	1.501	4.256	2.000	1.501
De 61 a 90 dias	929	817	949	994	817	949
Acima de 90 dias	8.347	6.975	7.184	10.002	6.975	8.835
	<u>171.474</u>	<u>142.465</u>	<u>104.865</u>	<u>172.623</u>	<u>144.548</u>	<u>106.609</u>

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.453)	(5.062)
Adições	(1.131)	(1.132)
Baixas	<u>2.164</u>	<u>2.164</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(2.420)</u>	<u>(4.030)</u>
Adições	(3.513)	(3.456)
Baixas	<u>349</u>	<u>349</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(5.584)</u>	<u>(7.137)</u>

7. OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Adiantamento a empregados	1.130	1.200	1.078	1.155	1.130	1.079
Adiantamento a fornecedores	215	1.506	611	679	1.930	611
Bloqueio judicial	1.947	1.649	316	1.977	1.776	435
Despesas antecipadas	2.638	798	1.312	2.719	798	1.312
Outros (a)	<u>10.783</u>	<u>4</u>	<u>19</u>	<u>10.784</u>	<u>4</u>	<u>43</u>
Total	<u>16.713</u>	<u>5.157</u>	<u>3.336</u>	<u>17.314</u>	<u>5.638</u>	<u>3.480</u>

- (a) Substantivamente representado pelo saldo a receber que a Companhia possui junto a Banco BVA S.A. proveniente de créditos junto a clientes liquidados em conta vinculada neste Banco. A manutenção desta conta vinculada e disponibilização destes créditos foram para dar garantia a determinada fiança

bancária. Em virtude da intervenção pelo Banco Central do Brasil nesta instituição financeira, a Companhia para assegurar desses ativos possui ações judiciais em curso.

8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Produtos acabados	30.828	30.775	22.232	34.207	30.794	22.231
Produtos em elaboração	733	908	741	733	908	741
Matérias-primas	11.184	16.638	10.947	11.184	16.638	10.947
Materiais de embalagem	13.089	11.626	11.248	13.089	11.626	11.248
Projetos imobiliários (a)	-	-	-	61.865	61.640	61.802
Provisão para obsolescência	(1.631)	(470)	(1.522)	(1.631)	(470)	(1.522)
Importações em andamento	502	952	-	502	952	-
Outros	1.106	939	852	1.106	939	852
Total	55.811	61.368	44.498	121.055	123.027	106.299
Circulante	55.811	61.368	44.498	95.605	82.027	64.488
Não circulante	-	-	-	25.450	41.000	41.811

- (a) Os projetos imobiliários compreendem o empreendimento denominado Ecoville, localizado no km 46,2 da Rodovia Castelo Branco sentido capital interior e mais uma gleba de terra localizada aproximadamente no mesmo km da referida Rodovia no sentido interior capital, ambas no mesmo município de Araçariguama, Estado de São Paulo, ainda em fase de implantação. A Companhia avaliou no exercício anterior a recuperabilidade do valor contábil do terreno com base no valor de mercado menos os custos para vender e não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperação de ativos. Em 31 de Dezembro de 2012 não foi identificado nenhum indício de ajuste do valor recuperável dos ativos.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(1.522)
Adições	(4.552)
Reversão de provisão	5.604
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(470)
Adições	(3.516)
Reversão de provisão	2.355
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(1.631)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
IRPJ e CSLL a recuperar	6.922	1.308	5.968	8.274	1.939	6.390
ICMS a recuperar	4.605	3.982	5.839	4.005	3.982	5.835
Pis e Cofins a recuperar	1.427	359	998	1.453	359	998
Outros	887	281	78	897	306	78
Total	13.841	5.930	12.883	14.629	6.586	13.301
Circulante	12.527	3.940	10.536	12.860	4.160	10.539
Não circulante	1.314	1.990	2.347	1.769	2.426	2.762

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora

10.1. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Vencimento</u>
<u>Contas a receber:</u>					
Em moeda local:					
Controladas					
Bril Cosméticos S.A.	-	1.756	-	-	-
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	8	-	-		
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. (a)	12.873	145	-	-	-
Total	<u>12.881</u>	<u>1.901</u>	<u>-</u>		
Circulante	-				
Não Circulante	<u>12.881</u>	<u>1.901</u>	<u>-</u>		

- (a) Os numerários remetidos a esta controlada, foram aplicados em suas atividades operacionais e deverão ser liquidados a medida que seja concluído o processo de negociação dos terrenos em estoque.

10.2. Passivo

Sociedades	31.12.12	31.12.11	31.12.10	Juros e atualização	Vencimento
Controladas					
Em moeda estrangeira:					
Euro:					
Bombril Overseas Inc.(a)	373.372	337.190	308.627	-	-
Em moeda local:					
Bombril Mercosul S.A. (b)	12.917	34.610	37.625	-	31/01/2017
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	-	-	14.676		31/01/2017
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (b)	-	97	236	-	02/03/2012
Total	<u>386.289</u>	<u>371.897</u>	<u>361.164</u>		
Circulante	-	34.707	14.676		
Não circulante	386.289	337.190	346.488		

(a) Em 1999, a Companhia emitiu duas tranches de notes, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.p.A.. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões, com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007.

Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil, pertenciam a controlada Bombril Overseas Inc., cujo processo de transferência da custódia encontra-se em andamento.

Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao custodiante (BNP Paribas) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal envolvendo estes títulos, em curso perante o Tribunal de Roma, ainda não foi possível a transferência da custódia deles para a controlada Bombril Overseas Inc. Embora a transferência da posse definitiva dependa da solução desses processos judiciais promovidos no exterior, as sociedades da Companhia Cirio, Cirio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Cirio Finance Luxembourg S.A., inclusive a Cirio Holding Luxembourg S.A., reconheceram a titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que seja efetuada a transmissão dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Companhia Cirio e a controladora Newco International Ltd. (controladora da Bombril S.A.). A Administração da Companhia estuda alternativas com o objetivo de equacionar a obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos. A opinião dos assessores legais da Companhia, levantada em 31 de dezembro de 2012,

quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada provável. Os eventos de arresto não estão sob o controle da Administração da controlada. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de Outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a controlada Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência, e declararam ser esta a efetiva titular dos Eurobonds.

Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.
- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.
- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (*putoption*).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 [(€ 40 milhões)], em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [(€ 37.5 milhões)], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [(€ 2.5 milhões)].

No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 [(€ 60 milhões)], em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes a controlada Bombril Overseas Inc., totalizam [(€ 54.7 milhões)], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [(€ 5.3 milhões)].

As Notas Série 1 venceram-se em 17 de fevereiro de 2011 e as Notas Série 2 venceram-se em 27 de maio de 2011. A Companhia realizou o pagamento do saldo dos valores devidos em relação às Notas em poder no mercado, no valor de € 366.850,00 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta euros) para as Notas Série 1 e € 814.880,77 (oitocentos e quatorze mil oitocentos e oitenta euros e setenta e sete centavos) para as Notas Série 2.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da controlada Bombril Overseas Inc., no valor de € 138.521.853,50 (cento e trinta e oito milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta centavos) foi repactuada com novo vencimento em 27 de maio de 2021, nos termos do Instrumento Particular de Confissão de Dívida datado de 30 de agosto de 2011, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

(b) Saldo proveniente de operações comerciais de alugueis de bens do ativo imobilizado e movimentações financeiras.

Consolidado

10.3. Passivo

Sociedades	31.12.12	31.12.11	31.12.10	Juros e atualização	Vencimento
Em moeda local:					
Controladora					
Newco International Limited	-	-	208	-	janeiro a abril de 2007
Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong	-	5.000	-	-	(c)
Total	-	5.000	208		

(b) Compreende obrigações assumidas provenientes da aquisição de participação societária na controlada Bril Cosméticos S.A., que estão sendo pagas em 4 parcelas mensais e sucessivas desde Agosto de 2012.

Em 26 de julho de 2012 a Bombril S/A assinou um contrato para a aquisição de 25% da participação societária sendo o montante acima transferido para outras contas a pagar vide nota explicativa nº.22.

10.4 Receitas e despesas com controladas para os exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010

	Operações comerciais			Variações cambiais líquidas		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Bombril Mercosul S.A.	(3.732)	(3.209)	(3.246)	-	-	-
Bombril Overseas Inc.	-	-	-	(36.182)	(28.563)	38.693
Total	(3.732)	(3.209)	(3.246)	(36.182)	(28.563)	38.693

As transações de variações cambiais junto à controlada Bombril Overseas Inc. referem-se a ajustes de conversão sobre os saldos do Guaranteed Note Program.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal foi fixado em até o limite de R\$ 7.500 para o exercício de 2012, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 30 de abril de 2012. O montante pago até 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 5.427 (R\$ 5.677 em 2011), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

12. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS

Controladora

12.1. Ativo

Sociedades	31.12.12	31.12.11	31.12.10	Juros e atualização	Garantia
<u>Valores a receber:</u>					
Em moeda local:					
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.154	94.154	94.154	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A
Cirio Brasil S.A. (a)	12.822	12.822	12.822	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	227	208	189	1% a.m.	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.296	1.158	1.027	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	108.499	108.342	108.192		
Provisão para perdas	(108.499)	(108.342)	(108.192)		
Total	-	-	-		

12.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
Em moeda estrangeira:					
Euro					
Societá Sportiva Lázio (a)	24.383	21.378	18.872	Euribor Trim.+ 3,2% a.a.	-
Em moeda local:					
Agropecuária Cirio Ltda.(a)	253	234	209	100% do CDI	-
Total	<u>24.636</u>	<u>21.612</u>	<u>19.081</u>		

(a) Compreende valores a receber e pagar junto a empresas relacionadas do antigo acionista controlador. Os ativos foram totalmente provisionados para perda e os passivos estão sendo mantidos devidamente atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de origem da dívida, e permanecerão desta forma até a conclusão do processo de liquidação judicial em que estas empresas estão envolvidas.

Consolidado

12.3. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
<u>Valores a receber:</u>					
Em moeda estrangeira:					
Dólar norte-americano:					
C&P Cap.Invest.N.V.(a)	303.192	278.310	247.212	10% a.a.	-
C & P Overseas Ltd (a)	643.484	590.678	524.676	10,25% a.a.	-
Em moeda local:					
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.154	94.154	94.154	100% do CDI	-
C & P Overseas Ltd. (a)	183.142	183.142	183.142	100% do CDI	Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.
Cirio Brasil S.A.(a)	12.822	12.822	12.822	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	227	208	189	1% a.m.	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.296	1.158	1.027	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	1.238.317	1.160.472	1.063.222		
Provisão para perdas (b)	<u>(1.238.317)</u>	<u>(1.160.472)</u>	<u>(1.063.222)</u>		
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		

12.4. Passivo

Sociedades	31.12.12	31.12.11	31.12.10	Juros e atualização	Garantia
Em moeda estrangeira:					
Euro:					
Società Sportiva Lazio (a)	24.383	21.378	18.872	Euribor trim.+ 3,2% a.a.	-
Em moeda local:					
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	37.345	34.426	30.765	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Agropecuária Cirio Ltda. (a)	253	234	209	100% do CDI	-
Total	<u>61.981</u>	<u>56.038</u>	<u>49.846</u>		

b) Em virtude da confirmação do estado de insolvência da Cirio Finanziaria S.p.A. e de sua controladora Cirio Holding S.p.A., a Administração em 30 de junho de 2003 decidiu constituir provisão para perdas, para dar cobertura a eventuais perdas com a realização destes direitos de crédito.

A referida provisão para perdas está composta da seguinte forma:

Empresas	31.12.12		31.12.11		31.12.10	
	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltd.	-	826.626	-	773.820	-	707.818
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.	94.154	-	94.154	-	94.154	-
C&P Capital Invest. NV	-	303.192	-	278.310	-	247.212
Cirio Brasil S.A.	13.049	-	13.030	-	13.011	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.296	-	1.158	-	1.027	-
Total	<u>108.499</u>	<u>1.129.818</u>	<u>108.342</u>	<u>1.052.130</u>	<u>108.192</u>	<u>955.030</u>

12.5 Outras considerações

Quando da posse do atual acionista controlador, a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as empresas relacionadas ao antigo acionista controlador. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se

arrestada e em poder das autoridades Italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas e manutenção dos passivos nos termos acima mencionados.

13. INVESTIMENTOS

13.1 Composição

	Controladora		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	217.648	217.631	220.954
Bombril Overseas Inc	331.111	299.185	273.574
Bril Cosméticos S.A.	308	13.805	-
Ágio por rentabilidade futura-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	7.935	7.935	7.935
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	-	895	557
Outros investimentos	-	1	1
Total	557.002	539.452	503.021

13.2 Movimentação

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc	Bril Cosméticos S.A. (a)	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	Outros Investimentos	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	220.954	273.574	-	557	7.935	1	503.021
Equivalência patrimonial	(7.975)	(9.063)	(1.195)	318	-	-	(17.915)
Efeitos de variação cambial de investimento no exterior (CPC 02)	4.653	33.522	-	-	-	-	38.175
Aumento de capital (B.Overseas)	-	1.152	-	-	-	-	1.152
Investimentos (Bril Cosméticos)	-	-	15.000	-	-	-	15.000
Transferência para provisão para passivo a descoberto	-	-	-	20	-	(1)	19
Saldo em 31 de dezembro de 2011	217.632	299.185	13.805	895	7.935	-	539.452

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc (b)	Bril Cosméticos S.A. (a)	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2011	217.632	299.185	13.805	895	7.935	539.452
Equivalência patrimonial	(4.003)	3.547	(4.715)	(5.040)	-	(10.211)
Efeitos de variação cambial de investimento no exterior (CPC 02)	4.019	27.815	-	-	-	31.834
Transferência da participação societária para a controlada Bombril Mercosul S/A	-	-	(16.357)	-	-	(16.357)
Aumento de capital	-	564	7.575	-	-	8.139
Transferência para provisão para perdas com investimento	-	-	-	4.145	-	4.145
Saldo em 31 de dezembro de 2012	217.648	331.111	308	-	7.935	557.002

(a) Bril Cosméticos S.A.

Em 6 de maio de 2011, a Bombril S/A integralizou o capital social na empresa Bril Cosméticos S.A. em dinheiro no montante de R\$ 11.250.

Em 7 de dezembro de 2011, a Bombril S/A integralizou o capital social na empresa Bril Cosméticos S.A. em dinheiro no montante de R\$ 3.750.

Em 26 de julho de 2012, a Bombril S/A assinou um contrato para a aquisição de 25% da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, passando a obter a participação de 100% do capital social da Bril Cosméticos S.A.

Em 28 de dezembro de 2012, a Bombril S/A assinou um instrumento particular de transferência de ações para a controlada Bombril Mercosul S/A correspondente a 98,15% do patrimônio líquido.

(b) Bombril Overseas Inc.

Em 26 de outubro de 2011, a Bombril S/A aumentou o capital social na empresa Bombril Overseas Inc. em dinheiro no montante de R\$ 1.152.

Em 24 de abril de 2012, a Bombril S/A aumentou o capital social na empresa Bombril Overseas Inc. em dinheiro no montante de R\$ 564.

Principais informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas:

	31.12.12							31.12.11		
	Patrimônio							Patrimônio		
	Participação líquida							líquido		
Ativo	Passivo	Capital social	Receita Líquida	direta no capital	(passivo a sóziedescoberto)	Resultado do período	Equivalência patrimonial	Resultado do período	Equivalência patrimonial	
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	221.762	4.059	160.329	-	100%	217.648	(4.003)	(4.003)	217.631	(7.975)
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	59.786	65.087	93.819	-	78,18%	(5.301)	(6.446)	(5.040)	1.145	407
Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Lt	30.564	24	36.875	-	-	30.540	(21)	-	14.878	(1.077)
São Paulo Prime Outlets S.A.	215	2	398	-	24,49%	213	(185)	-	4.623	3.793
Bombril Mercosul S.A.	237.258	61.505	101.375	3.387	-	175.753	(4.407)	-	180.159	(6.687)
Bril Cosméticos S.A.	24.580	7.915	23.000	5.078	98,15%	16.665	(4.317)	(4.715)	13.406	(1.594)
Bombril Overseas Inc.	377.857	869	1.153.192	-	87,83%	376.988	4.038	3.547	340.551	(10.321)
	952.022	139.461	1.568.988	8.465	-	812.506	(15.341)	(10.211)	772.393	(23.454)

14. IMOBILIZADO

14.1 Composição do imobilizado

	Controladora				Consolidado			
	depreciação (%)	31.12.12 Líquido	31.12.11 Líquido	31.12.10 Líquido	depreciação (%)	31.12.12 Líquido	31.12.11 Líquido	31.12.10 Líquido
Terrenos		-	-	-	-	94.192	94.192	94.192
Edifícios	2	162	166	165	2 a 14	68.965	70.901	72.831
Instalações	3 a 50	8.294	6.580	6.940	3 a 50	8.520	7.112	7.935
Máquinas e equipamentos	3 a 50	62.473	51.071	40.413	3 a 50	95.715	85.839	84.596
Móveis e utensílios	10 a 50	1.626	1.181	1.171	10 a 50	1.814	1.432	1.496
Veículos	17 a 25	870	1.169	839	17 a 25	876	1.176	1.074
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50	670	615	729	20 a 50	672	617	713
Imobilizações em andamento (a)	-	10.177	31.515	26.730	-	14.190	37.077	26.730
Importações em andamento	-	-	16	3.195	-	-	16	3.195
Benfeitorias em imóveis da Controlada	4 a 8	23.263	18.395	16.804	4 a 8	23.263	18.395	16.535
Outros bens	25	1	2	-	25	130	133	130
Total		107.536	110.710	96.986		308.337	316.890	309.427

(a) Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem e ênfase, (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia. Grande parte destes valores refere-se ao ano de 2011 no qual segundo os engenheiros da Companhia os saldos substancialmente serão realizados ainda em 2012.

Nos anos de 2005 e 2006, a controlada Bombril Mercosul S.A. reavaliou bens do ativo imobilizado resultado em uma mais valia época de R\$ 89.503 registrado tendo como contra partida a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. O saldo remanescente das reavaliações em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 58.310 (R\$ 61.300 em 31 de dezembro de 2011), cuja realização tem ocorrido mediante sua depreciação, a qual é calculada pelo método linear consoante laudo técnico emitido por peritos independentes.

14.2 Movimentação Controladora

Custo			Máquinas e		Móveis e	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias		Total
	Edifícios	Instalações	equipamentos	utensílios	Veículos				em imóveis	Outros bens	
Saldo em 31.12.10	248	11.208	62.305	2.130	1.143	2.916	26.730	3.195	18.221	35	128.131
Adições	-	571	4.807	200	613	180	13.240	1.429	3.172	-	24.212
Baixas	-	-	-	-	(184)	(4)	-	-	-	-	(188)
Transferências	-	20	13.020	-	-	18	(8.455)	(4.608)	5	-	-
Saldo em 31.12.11	248	11.799	80.132	2.330	1.572	3.110	31.515	16	21.398	35	152.155
Adições	-	1.309	2.760	17	-	328	3.189	102	1.902	-	9.607
Baixas	-	-	(40)	(8)	(35)	(259)	(2)	(16)	-	(32)	(392)
Transferências	-	1.600	18.144	640	-	32	(24.526)	(102)	4.212	-	-
Saldo em 31.12.12	248	14.708	100.996	2.979	1.537	3.211	10.176	-	27.512	3	161.370

Depreciação acumulada			Máquinas e		Móveis e	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias		Total
	Edifícios	Instalações	equipamentos	utensílios	Veículos				em imóveis	Outros bens	
Saldo em 31.12.10	(83)	(4.268)	(21.892)	(959)	(304)	(2.187)	-	-	(1.417)	(35)	(31.145)
Adições	1	(951)	(7.169)	(190)	(194)	(308)	-	-	(1.586)	2	(10.395)
Baixas	-	-	-	-	95	-	-	-	-	-	95
Saldo em 31.12.11	(82)	(5.219)	(29.061)	(1.149)	(403)	(2.495)	-	-	(3.003)	(33)	(41.445)
Adições	(4)	(1.195)	(9.496)	(208)	(277)	(299)	-	-	(1.245)	(1)	(12.725)
Baixas	-	-	34	4	13	253	-	-	-	32	336
Saldo em 31.12.12	(86)	(6.414)	(38.523)	(1.353)	(667)	(2.541)	-	-	(4.248)	(2)	(53.834)

Saldo líquido em 31.12.10	165	6.940	40.413	1.171	839	729	26.730	3.195	16.804	-	96.986
Saldo líquido em 31.12.11	166	6.580	51.071	1.181	1.169	615	31.515	16	18.395	2	110.710
Saldo líquido em 31.12.12	162	8.294	62.473	1.626	870	670	10.176	-	23.264	1	107.536

14.3 Movimentação do Consolidado

Custo	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.10	94.192	87.560	17.521	166.629	6.940	1.535	6.159	26.730	3.195	18.221	179	428.861
Adições	-	-	571	4.807	200	613	180	18.802	1.429	3.172	-	29.774
Baixas	-	-	-	-	-	(184)	(4)	-	-	-	-	(188)
Transferências	-	-	20	13.020	-	-	18	(8.455)	(4.608)	5	-	-
Saldo em 31.12.11	94.192	87.560	18.112	184.456	7.140	1.964	6.353	37.077	16	21.398	179	458.447
Adições	-	-	1.309	3.375	17	-	328	6.249	102	1.902	-	13.282
Baixas	-	-	-	(77)	(40)	(35)	(655)	(1)	(16)	-	(32)	(856)
Transferências	-	-	1.600	22.754	640	-	32	(29.135)	(102)	4.211	-	-
Saldo em 31.12.12	94.192	87.560	21.021	210.508	7.757	1.929	6.058	14.190	-	27.511	147	470.873

Depreciação acumulada	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.10	-	(14.729)	(9.586)	(82.034)	(5.444)	(461)	(5.446)	-	-	(1.686)	(48)	(119.434)
Adições	-	(1.930)	(1.414)	(16.583)	(264)	(422)	(290)	-	-	(1.317)	2	(22.218)
Baixas	-	-	-	-	-	95	-	-	-	-	-	95
Saldo em 31.12.11	-	(16.659)	(11.000)	(98.617)	(5.708)	(788)	(5.736)	-	-	(3.003)	(46)	(141.557)
Adições	-	(1.936)	(1.501)	(16.244)	(269)	(278)	(299)	-	-	(1.245)	(2)	(21.774)
Baixas	-	-	-	68	34	13	649	-	-	-	31	795
Saldo em 31.12.12	-	(18.595)	(12.501)	(114.793)	(5.943)	(1.053)	(5.386)	-	-	(4.248)	(17)	(162.536)

Saldo líquido em 31.12.10	94.192	72.831	7.935	84.595	1.496	1.074	713	26.730	3.195	16.535	131	309.427
Saldo líquido em 31.12.11	94.192	70.901	7.112	85.839	1.432	1.176	617	37.077	16	18.395	133	316.890
Saldo líquido em 31.12.12	94.192	68.965	8.520	95.715	1.814	876	672	14.190	-	23.263	130	308.337

15. INTANGÍVEL

15.1 Composição

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Marcas e Patentes (a)	-	-	-	18.331	20.000	-
Software (b)	4.549	2.167	2.738	4.660	2.175	2.752
Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda. (c)	-	-	-	7.935	7.935	7.935
Total	4.549	2.167	2.738	30.926	30.110	10.687

(a) Refere-se ao custo pago pela aquisição das marcas (Ecologie, Natural Pro e Aquatress, entre outras) relacionadas aos produtos comercializados pela controlada Bril Cosméticos S.A.. Em 26 de julho de 2012, a Companhia assinou um contrato para a aquisição de 25% restante da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, repactuando o preço de aquisição para o montante de R\$ 18.331.

(b) A amortização dos softwares está sendo realizada no período de cinco anos.

(c) Os ágios decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio Líquido das controladas incorporadas, Milana Industrial e Milana Trade apurado na data de aquisição estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados das respectivas investidas, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de 5 anos. Análises do valor de recuperação do ágio são efetuadas no mínimo anualmente com base nas projeções de resultados futuros. A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa denominadas químicos.

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 12,40% ao ano (11,25% ao ano em 2010).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores foram projetados a partir de crescimento do volume de vendas conforme projeção do PIB e o crescimento dos preços e custos conforme projeção do IPCA. A fonte de informação utilizada para esses índices foi o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

Aquisição de marcas

Em 06 de maio de 2011, a Companhia celebrou Contrato com Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong para aquisição das marcas Ecologie, Nick&Vick, Natural Pro e Aquatress, entre outras, através da empresa Bril Cosméticos S.A no valor total de R\$20.000.

15.2 Movimentação –Controladora

Custo	Software
Saldo em 31.12.10	5.936
Adições	270
Saldo em 31.12.11	6.206
Adições	3.504
Baixas	(148)
Saldo em 31.12.12	9.562
Amortização	Software
Saldo em 31.12.10	(3.198)
Amortização	(852)
Baixas	11
Saldo em 31.12.11	(4.039)
Adições	(974)
Saldo em 31.12.12	(5.013)
Saldo líquido em 31.12.11	2.167
Saldo líquido em 31.12.12	4.549

Movimentação – Consolidado

Custo	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	Total
Saldo em 31.12.10	-	19.624	8.452	28.076
Adições	20.000	276	-	20.276
Saldo em 31.12.11	20.000	19.900	8.452	48.352
Adições	-	3.626	-	3.626
Baixas (a)	(1.665)	(188)	-	(1.853)
Saldo em 31.12.12	18.335	23.338	8.452	50.125

Amortização	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	
Saldo em 31.12.10		(16.872)	(517)	(17.389)
Amortização		(853)	-	(853)
Saldo em 31.12.11	-	(17.725)	(517)	(18.242)
Amortização	(3)	(954)	-	(957)
Saldo em 31.12.12	(3)	(18.679)	(517)	(19.199)
Saldo líquido em 31.12.10	-	2.752	7.935	10.687
Saldo líquido em 31.12.11	20.000	2.175	7.935	30.110
Saldo líquido em 31.12.12	18.332	4.659	7.935	30.926

16. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Fornecedores - matéria prima	80.661	59.981	49.522	79.343	61.121	49.820
Fornecedores - transportes	22.985	13.592	13.822	23.061	13.592	13.822
Fornecedores - exterior	261	2.613	238	261	2.616	238
Total	103.907	76.186	63.582	102.665	77.329	63.880

16.1. Por vencimento

	Controladora			Consolidado		
Intervalo	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
A vencer	87.261	62.735	58.267	86.019	63.878	58.565
Vencidos:						
De 1 a 30 dias	12.999	11.506	3.456	12.999	11.506	3.456
De 31 a 60 dias	1.654	1.021	136	1.654	1.021	136
De 61 a 90 dias	576	153	856	576	153	856
Acima de 90 dias	1.417	771	867	1.417	771	867
	103.907	76.186	63.582	102.665	77.329	63.880

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Salários a pagar	-	77	6	-	77	6
Provisão de férias	11.928	10.637	9.215	12.053	10.648	9.217
Encargos sociais a pagar	3.388	2.849	2.467	3.451	2.869	2.472
Total	15.316	13.563	11.688	15.504	13.594	11.695

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Composição

	Taxa média anual de encargos %	Controladora			Consolidado		
		31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
<u>Em moeda estrangeira:</u>							
Euro							
Financiamento de Insumos - (FINIMP)	5,97	-	2.223	-	-	2.223	-
“Guaranteed Note Program” (*)	9,25	-	-	2.633	-	-	2.633
Dólar norte-americano							
Financiamento de Insumos - (FINIMP)	3,76	-	5.562	-	-	5.562	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	5,50	2.172	4.639	6.370	2.172	4.639	6.370
<u>Em moeda local:</u>							
Arrendamento Mercantil	13,82	972	2.006	1.780	972	2.006	1.780
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	7,74	15.154	19.726	19.541	21.877	23.850	23.232
Capital de giro	12,26	116.313	76.260	19.778	116.313	88.445	41.275
Total		134.611	110.416	50.102	141.334	126.725	75.290
Circulante		75.273	71.436	24.682	76.002	84.609	48.380
Não circulante		59.338	38.980	25.420	65.332	42.116	26.910

Garantias

Os empréstimos em moeda local e estrangeira estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

Parcela não circulante

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
2.012	-	-	12.269	-	-	13.233
2.013	-	27.753	4.811	-	28.801	5.337
2.014	39.835	9.883	8.340	40.787	10.927	8.340
2.015	15.084	-	-	16.312	-	-
após 2.015	4.419	1.344	-	8.233	2.388	-
Total	59.338	38.980	25.420	65.332	42.116	26.910

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

19.1. Controladora

	Circulante			Não circulante		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.408	2.326	2.240	4.342	6.520	8.521
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.037	2.015	1.849	8.255	10.172	11.177
Parcelamentos - Outros	1.819	453	407	7.451	3.326	3.395
Parcelamento - Refis IV (a)	33.922	38.317	33.064	112.293	136.435	158.985
IRPJ/CSL	15.951	7.146	4.690	-	-	-
ICMS a Pagar	6.221	4.560	3.283	-	-	-
IPI a Pagar	4.750	5.159	2.645	-	-	-
ISS a Pagar	111	122	121	-	-	-
PIS/COFINS a Pagar	2.567	2.525	2.330	-	-	-
CPMF a Pagar	-	-	-	10.731	10.425	10.007
Diversos	1.828	1.538	1.375	-	-	-
Total	71.614	64.161	52.004	143.072	166.878	192.085

19.2. Consolidado

	Circulante			Não circulante		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.408	2.326	2.240	4.342	6.520	8.521
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.037	2.015	1.849	8.255	10.172	11.177
Parcelamentos - Outros	1.819	453	407	7.451	3.325	3.395
Parcelamento - Refis IV (a)	34.000	38.651	33.385	112.344	136.594	159.356
IRPJ/CSL	16.006	6.892	5.259	-	-	-
ICMS a Pagar	6.262	4.560	3.283	-	-	-
IPI a Pagar	4.750	5.159	2.645	-	-	-
ISS a Pagar	118	122	121	-	-	-
PIS/COFINS a Pagar	2.599	3.109	2.929	-	-	-
CPMF a Pagar	113	113	113	10.731	10.424	10.007
Diversos	13.634	13.621	12.731	-	-	-
Total	83.746	77.021	64.962	143.123	167.035	192.456

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 simplesmente denominado de “REFIS IV”.

A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foi objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30 de junho de 2011.

O saldo da dívida consolidado contabilmente da Companhia era de aproximadamente R\$281.843 em 30 de junho de 2011, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$187.049. A diferença de valores consolidados foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários da Bombril eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.2011, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do “REFIS IV” está sendo discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, cuja probabilidade de êxito é apontada pelos assessores jurídicos como possível, sendo mantida a provisão do valor integral dos referidos débitos até decisão final.

Os valores da dívida perante a RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
PAEX	333.224	335.893
Juros	2.113	2.113
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.972)
(-) compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
(-) Pagamentos até 31.12.09	(5.484)	(5.509)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.09	207.462	208.370
Juros no exercício findo em 31.12.10	15.876	15.951
(-) Pagamentos no exercício findo em 31.12.10	(31.288)	(31.579)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.10	192.050	192.742
Benefícios de juros, multas e encargos		41
Juros no período findo em 31.12.11	13.388	13.448
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.11	(30.686)	(30.986)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.11	174.752	175.245
Juros no período findo em 31.12.12	3.070	3.131
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.12	(31.607)	(32.032)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.12	146.215	146.344

IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que

representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PAES

O saldo remanescente do PAES do INSS em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 6.750 (R\$ 8.846 em 31 de dezembro de 2011), os débitos apresentados para a consolidação estão sendo pagos desde julho de 2003.

c) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O saldo remanescente do PPI em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 10.292 (R\$ 10.683 em 31 de dezembro de 2011), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema

Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), b) e c) e das condições do mesmo. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

20.1. Composição do resultado

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Imposto de renda e contribuição social correntes:						
IRPJ/CSLL corrente	(9.012)	(6.272)	(4.353)	(9.115)	(6.612)	(4.935)
Imposto de renda e contribuição social Diferido:						
IRPJ/CSLL diferido	13.513	6.914	10.549	15.181	8.501	12.304
Total - IRPJ / CSLL	4.501	642	6.196	6.066	1.889	7.369

20.2. Apuração do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(28.209)	(19.312)	24.042	(30.655)	(21.202)	22.884
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34% (2009: 34%)	9.592	6.566	(8.174)	10.423	7.209	(7.781)
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes	(2.772)	971	(1.708)	(3.659)	(444)	(5.042)
Equivalência patrimonial	(3.472)	(6.091)	(13.692)	-	-	-
Outros	1.153	(804)	159	939	(2.356)	576
Efeito do imposto de renda sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais cujos (créditos) débitos não foram registrados anteriormente	-	-	29.133	(1.468)	-	29.133
Efeito das controladas tributadas pelo lucro presumido e isentas	-	-	-	(202)	(2.580)	(10.030)
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido	-	-	478	33	60	513
Receita /(Despesa) de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	4.501	642	6.196	6.066	1.889	7.369
Alíquota Efetiva	-16,0%	-3,3%	25,8%	-19,8%	-8,9%	32,2%

20.3. Movimentação dos ativos e passivos do IRPJ e da CSLL diferido

Controladora

	31.12.2010	Reconhecido no resultado	31.12.2011	Reconhecido no resultado	31.12.2012
Ativo diferido	Reapresentado				
Prejuízo fiscal e base negativa	3.757	(2.809)	948	9.339	10.287
Provisão para crédito de liquidação duvidos	270	2	272	696	968
Contingências tributárias	10.269	(1.560)	8.709	(1.157)	7.552
Contingências cíveis	4.782	(1.351)	3.431	2.039	5.470
Contingências trabalhistas	1.444	2.507	3.951	1.455	5.406
Participação no lucros	246	133	379	385	764
Outras contas a pagar	1.246	(319)	927	(195)	732
Provisão para perdas de créditos	1.559	849	2.408	1.081	3.489
Provisão para perda nos estoques:	518	(358)	160	394	554
Outros	3.418	(326)	3.092	471	3.563
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	27.509	(3.232)	24.277	14.508	38.785
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(67.188)	10.585	(56.603)	12.853	(43.750)
Deemed cost	(1.429)	132	(1.297)	79	(1.218)
Amortização do ágio	(578)	(572)	(1.150)	(575)	(1.725)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(69.195)	10.145	(59.050)	12.357	(46.693)
Imposto Diferido Líquido	(41.686)	6.913	(34.773)	26.864	(7.908)

Consolidado

	31.12.2010	Reconhecido no resultado	31.12.2011	Reconhecido no resultado	31.12.2012
Ativo diferido	Reapresentado				
Prejuízo fiscal e base negativa	3.757	(2.809)	948	9.339	10.287
Provisão para crédito de liquidação duvidos	270	2	272	696	968
Contingências tributárias	10.269	(1.560)	8.709	(1.157)	7.552
Contingências cíveis	4.782	(1.351)	3.431	2.039	5.470
Contingências trabalhistas	1.444	2.507	3.951	1.455	5.406
Participação no lucros	246	133	379	385	764
Outras contas a pagar	1.246	(319)	927	(195)	732
Provisão para perdas de créditos	1.559	849	2.408	1.081	3.489
Provisão para perda nos estoques:	518	(358)	160	394	554
Outros	3.418	(326)	3.092	471	3.563
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	27.509	(3.232)	24.277	14.508	38.785
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(67.188)	10.585	(56.603)	12.853	(43.750)
Reavaliação (Mercosul)	(21.849)	970	(20.879)	1.052	(19.827)
Deemed cost	(38.789)	752	(38.037)	697	(37.340)
Amortização do ágio	(575)	(575)	(1.150)	(575)	(1.725)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(128.401)	11.732	(116.669)	14.027	(102.642)
Imposto Diferido Líquido	(100.892)	8.500	(92.392)	28.533	(63.857)

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária aprovados pelo Conselho de Administração, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, e base negativa da contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31.12.12
2013	10.931
2014	2.421
2015	1.443
2016 em diante	23.990
	38.785

As projeções dos lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas em vista às incertezas inerentes a essas previsões.

A Companhia aderiu ao Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09 para tratamento fiscal de imposto de renda e contribuição social dos efeitos dos pronunciamentos contábeis (CPCs), incluindo aqueles adotados no exercício de 2008 (CPC 01 a CPC 15) e os novos pronunciamentos a partir de 01 de janeiro de 2009.

21. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Benefícios a empregados	4.293	3.419	3.752	4.293	3.419	3.752
Perdas com investimentos em Controladas	4.145	-	-	-	-	-
Honorários advocatícios	12.967	12.226	13.066	12.967	12.226	13.469
Outras	3.136	2.755	3.746	3.136	2.755	3.746
Total	24.541	18.400	20.564	20.396	18.400	20.967
Circulante	7.429	6.174	7.497	7.429	6.174	7.900
Não Circulante	17.112	12.226	13.067	12.967	12.226	13.067

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Comerciais	15.490	6.940	7.871	15.490	6.940	7.871
Energia Elétrica	962	1.061	1.078	962	1.061	1.078
Outras	155	213	258	1.288	1.036	464
Total	16.607	8.214	9.207	17.740	9.037	9.413

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

Em 31 de dezembro de 2012, estão provisionados os montantes de R\$ 83.952 (controladora) e de R\$ 85.263 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de dezembro de 2012, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.010	31.12.12	31.12.11	31.12.010
Trabalhistas	15.899	11.620	4.246	16.384	12.112	4.696
Cíveis	57.626	51.631	58.083	58.399	53.470	59.399
Fiscais	10.427	14.581	18.329	10.480	14.633	26.277
Total	83.952	77.832	80.658	85.263	80.215	90.372

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31.12.10	4.246	58.083	18.329	80.658	4.696	59.399	26.277	90.372
Constituição de provisão	7.970	5.157	10.332	23.459	7.858	5.680	10.510	24.048
Baixas	(596)	(11.609)	(14.080)	(26.285)	(442)	(11.609)	(22.154)	(34.205)
Saldo em 31.12.11	11.620	51.631	14.581	77.832	12.112	53.470	14.633	80.215
Constituição de provisão	5.535	6.666	4.246	16.447	5.569	6.135	4.247	15.951
Baixas	(1.256)	(671)	(8.400)	(10.327)	(1.297)	(1.206)	(8.400)	(10.903)
Saldo em 31.12.12	15.899	57.626	10.427	83.952	16.384	58.399	10.480	85.263

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$207.908, sendo R\$158.022 possível e R\$49.886 provável. O montante de R\$49.886 considerado como provável em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 46.970 em 31 de dezembro de 2011) encontra-se devidamente provisionados nas demonstrações contábeis da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$3.778.823 em 31 de dezembro de 2012 (R\$3.457.996 em 31 de dezembro de 2011). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Trabalhistas	5.708	6.299	8.075	5.708	6.299	8.075
Cíveis	164.443	180.706	173.168	164.821	181.181	184.829
Fiscais	3.595.416	3.263.281	1.049.751	3.608.294	3.270.516	1.051.473
Total	<u>3.765.567</u>	<u>3.450.286</u>	<u>1.230.994</u>	<u>3.778.823</u>	<u>3.457.996</u>	<u>1.244.377</u>

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.336.318 (atualizados em 31 de dezembro de 2012), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 380.214 relativos ao ano de 1998, R\$ 376.007 relativos ao ano de 1999, R\$ 1.935.901 relativos ao ano de 2000 e R\$ 671.196 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 22 de junho de 2012, a Companhia foi intimada acerca dos Mandados de Penhora e Avaliação dos Oficiais de Justiça e, em 29 de junho de 2012, apresentou Impugnação ao Laudo dos Oficiais. Após a manifestação da Fazenda Nacional acerca da Impugnação da Companhia, em 11 de dezembro de 2012 foi proferida decisão acolhendo a avaliação apresentada pelos Oficiais de Justiça, decisão contra a qual a Companhia interpôs, em 19 de dezembro de 2012, recurso de

Agravo de Instrumento, o qual aguarda julgamento. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011 opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114 para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ainda pendente de julgamento. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, atualmente os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão. Após, os autos retornarão à Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e atualmente aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto em 5 de setembro de 2008.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

Em 22 de abril de 2003 a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração tanto pela Companhia como pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012 foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia e em 30 de agosto de 2012 a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Atualmente aguarda-se a julgamento dos embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional para posterior remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores. O montante estimado, atualizado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 485.912, sendo R\$ 177.206 considerado como probabilidade de perda possível e R\$ 308.706 como probabilidade de perda remota, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 23.529 mil em 31 de dezembro de 2012 consolidado (R\$ 22.328 em 31 de dezembro de 2011) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

24.1. Capital social autorizado

O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao

dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

24.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 31.889 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2012, equivalentes a 31.889 ADR's, representando 0,06% do capital total.

24.3. Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2012, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 38.485 (R\$ 40.529 em 31 dezembro de 2011).

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Receita bruta	1.335.674	1.156.619	1.099.427	1.339.392	1.161.632	1.114.873
(-) Devoluções	(44.331)	(36.556)	(45.725)	(44.611)	(36.556)	(45.725)
(-) Impostos s/receita	(310.974)	(279.106)	(263.660)	(310.743)	(279.262)	(264.224)
Total	<u>980.369</u>	<u>840.957</u>	<u>790.042</u>	<u>984.038</u>	<u>845.814</u>	<u>804.924</u>

26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 aos montantes utilizados no cálculo do lucro por ação básico e diluídos:

	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>			<u>31/12/2010</u>		
	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>
Numerador									
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	(8.770)	(14.938)	(23.708)	(6.907)	(11.763)	(18.670)	11.186	19.052	30.238
Denominador									
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Lucro por ação (R\$) – Básico	(0,44)	(0,44)		(0,35)	(0,35)		0,56	0,56	
Lucro por ação (R\$) – Diluído	(0,44)	(0,44)		(0,35)	(0,35)		0,56	0,56	

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia não possui outros instrumentos com potencial efeito diluidor. Por esse motivo, o lucro por ação básico é igual ao lucro por ação diluído.

Adicionalmente, a Companhia não detêm outros instrumentos que não foram considerados no cálculo do lucro por ação diluído por terem seus efeitos anti-diluidores.

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Insumos	(349.281)	(299.081)	(287.215)	(349.281)	(299.620)	(282.387)
Despesas com pessoal	(166.540)	(147.982)	(132.463)	(168.878)	(148.530)	(144.050)
Energia elétrica	(23.340)	(8.934)	(17.857)	(23.419)	(8.937)	(17.859)
Manutenção	(16.505)	(13.085)	(6.789)	(16.575)	(13.347)	(6.790)
Depreciação e amortização	(13.434)	(10.602)	(8.621)	(17.213)	(13.478)	(23.336)
Despesas com promoção de vendas	(118.190)	(88.526)	(71.450)	(119.551)	(89.487)	(71.450)
Despesas com propaganda e marketing	(21.571)	(38.936)	(40.897)	(22.602)	(39.643)	(41.249)
Despesas de alugueis	(13.741)	(11.237)	(10.457)	(10.026)	(8.301)	(7.211)
Despesas com fretes	(91.308)	(81.634)	(82.392)	(91.994)	(81.640)	(82.410)
Outras despesas	(85.752)	(79.200)	(75.753)	(97.863)	(93.475)	(79.399)
	<u>(899.662)</u>	<u>(779.217)</u>	<u>(733.894)</u>	<u>(917.402)</u>	<u>(796.458)</u>	<u>(756.141)</u>

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Custo dos produtos vendidos	(548.147)	(465.751)	(436.451)	(551.353)	(473.633)	(439.000)
Despesas com vendas	(307.564)	(270.103)	(256.794)	(313.909)	(271.699)	(256.974)
Despesas administrativas	(43.951)	(43.363)	(40.649)	(52.140)	(51.126)	(60.167)
	<u>(899.662)</u>	<u>(779.217)</u>	<u>(733.894)</u>	<u>(917.402)</u>	<u>(796.458)</u>	<u>(756.141)</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	31.12.12			31.12.11			31.12.10			
	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Consolidado	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Consolidado	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Eliminações e ajustes	Consolidado
Receita líquida de vendas	984.038	-	984.038	840.801	5.013	845.814	790.042	14.882	-	804.924
Custo dos produtos vendidos	(551.353)	-	(551.353)	(472.740)	(893)	(473.633)	(433.885)	(5.115)	-	(439.000)
Lucro bruto	432.685	-	432.685	368.061	4.120	372.181	356.157	9.767	-	365.924
Despesas com vendas	(313.909)	-	(313.909)	(271.699)	-	(271.699)	(256.974)	-	-	(256.974)
Despesas Administrativas	(48.203)	(3.937)	(52.140)	(48.232)	(2.894)	(51.126)	(57.125)	(3.042)	-	(60.167)
Outras despesas (receitas) liq.	(25.915)	1.243	(24.672)	1.596	5.576	7.172	(12.044)	(1.661)	-	(13.705)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	44.658	(2.694)	41.964	49.726	6.802	56.528	30.014	5.064	-	35.078
Receitas financeiras	4.324	153	4.477	5.354	277	5.631	5.993	1.261	-	7.254
Despesas financeiras	(38.932)	(3.728)	(42.660)	(36.898)	(5.715)	(42.613)	(28.204)	(5.488)	-	(33.692)
Variação cambial, líquida	(34.436)	-	(34.436)	(40.748)	-	(40.748)	14.244	-	-	14.244
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(24.386)	(6.269)	(30.655)	(22.566)	1.364	(21.202)	22.047	837	-	22.884
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9.067)	(48)	(9.115)	(6.369)	(243)	(6.612)	(4.414)	(521)	-	(4.935)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.181	-	15.181	8.501	-	8.501	12.304	-	-	12.304
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(18.272)</u>	<u>(6.317)</u>	<u>(24.589)</u>	<u>(20.434)</u>	<u>1.121</u>	<u>(19.313)</u>	<u>29.937</u>	<u>316</u>	<u>-</u>	<u>30.253</u>

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado e categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	31.12.12			31.12.11			31.12.10		
	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total
Ativos totais	629.352	90.565	719.917	601.303	83.926	685.229	532.676	91.679	624.355
Passivos totais	654.805	65.112	719.917	646.778	38.451	685.229	546.485	77.870	624.355
Depreciação e amortização	20.971	8	20.979	22.451	8	22.459	23.328	8	23.336
Aquisição do imobilizado	13.282	-	13.282	35.665	-	35.665	36.272	-	36.272

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Juros sobre empréstimos	(16.304)	(10.779)	(5.524)	(17.437)	(13.080)	(8.405)
Juros sobre operações de terceiros	(683)	(753)	(648)	(3.611)	(4.415)	(3.395)
Juros sobre impostos parcelados	(17.285)	(22.266)	(20.554)	(17.339)	(22.468)	(20.617)
Encargos bancários	(4.136)	(2.486)	(958)	(4.176)	(2.595)	(1.275)
Receitas financeiras	4.287	5.265	5.964	4.416	5.563	7.254
Variação cambial líquida	(38.818)	(30.979)	41.835	(34.472)	(40.735)	14.244
Total	<u>(72.939)</u>	<u>(61.998)</u>	<u>20.115</u>	<u>(72.619)</u>	<u>(77.730)</u>	<u>(12.194)</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez

para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Dívida	134.611	110.416	50.101	141.334	126.725	75.289
Caixa e equivalentes de caixa	(28.900)	(16.779)	(49.465)	(30.218)	(22.196)	(49.527)
Dívida líquida	105.711	93.637	636	111.116	104.529	25.762

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2012							
Passivos de arrendamento financeiro	13,82	44	87	392	449	-	972
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,18	5.866	11.731	52.791	53.776	-	124.164
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,73	363	727	3.272	5.113	-	9.475
		6.273	12.545	56.455	59.338	-	134.611
31 de dezembro de 2011							
Passivos de arrendamento financeiro	16,78	95	189	852	870	-	2.006
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	16,02	4.674	9.349	42.069	30.626	-	86.718
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,86	1.184	2.368	10.656	7.484	-	21.692
		5.953	11.906	53.577	38.980	-	110.416
31 de dezembro de 2010							
Passivos de arrendamento financeiro	14,46	81	181	754	764	-	1.780
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,34	1.067	5.368	16.569	16.191	-	39.195
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	40	117	513	7273	1183	9126
		1.188	5.666	17.836	24.228	1.183	50.101

Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro 2012							
Passivos de arrendamento financeiro	13,82	44	87	392	449	-	972
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,16	5.910	11.819	53.187	53.776	-	124.692
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,82	380	760	3.423	11.107	-	15.670
		6.334	12.666	57.002	65.332	-	141.334
31 de dezembro de 2011							
Passivos de arrendamento financeiro	16,78	95	189	852	870	-	2.006
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	16,03	4.755	21.696	42.798	31.151	-	100.400
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,27	1.185	2.371	10.668	10.095	-	24.319
		6.035	24.256	54.318	42.116	-	126.725
31 de dezembro de 2010							
Passivos de arrendamento financeiro	14,46	81	181	754	764	-	1.780
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,34	22.748	5.735	18.219	17.682	-	64.384
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	40	117	513	7.273	1.182	9.125
		22.869	6.033	19.486	25.719	1.182	75.289

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros (não inclui depósitos a vista e caixa) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

		Controladora					
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro 2012							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,01	23.158	1.181	4.829	1.962	-	31.130
		23.158	1.181	4.829	1.962	-	31.130
31 de dezembro 2011							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	10,86	14.037	8.605	2.948	5.827	-	31.417
		14.037	8.605	2.948	5.827	-	31.417
31 de dezembro de 2010							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	9,61	45.860	-	11.255	3.069	-	60.184
		45.860	-	11.255	3.069	-	60.184

		Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro 2012							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,01	23.339	1.181	5.280	1.962	-	31.762
		23.339	1.181	5.280	1.962	-	31.762
31 de dezembro 2011							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	10,86	19.010	8.625	2.948	6.363	-	36.946
		19.010	8.625	2.948	6.363	-	36.946
31 de dezembro de 2010							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	9,61	45.860	-	11.255	5.656	-	62.771
		45.860	-	11.255	5.656	-	62.771

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº.3 destas demonstrações contábeis.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado-						
Caixa e saldos de bancos	28.900	16.779	49.465	30.218	22.196	47.527
Títulos e Valores Mobiliários	7.972	17.380	14.324	8.423	17.936	16.911
Contas a Receber	171.474	142.465	104.865	172.622	144.548	106.609
Outras Contas a Receber	14.075	4.359	2.024	14.595	4.910	2.168
Passivos financeiros						
Contas a Pagar	103.873	76.186	63.582	102.665	77.329	63.880
Empréstimos e Financiamentos	134.611	110.416	50.102	141.334	126.725	75.290

d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao Euro, Euribor e Dolar. Em 31 de dezembro de 2012, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Eurobonds	373.372	337.190	-	-	-	-
Finimp	-	2.223	311.260	-	2.223	2.633
	<u>373.372</u>	<u>339.413</u>	<u>311.260</u>	<u>-</u>	<u>2.223</u>	<u>2.633</u>
Valores a pagar de terceiros	24.383	21.378	18.872	24.383	21.378	18.872
	<u>24.383</u>	<u>21.378</u>	<u>18.872</u>	<u>24.383</u>	<u>21.378</u>	<u>18.872</u>
Fornecedores	262	2.613	239	262	2.613	239
Finimp	-	5.562	-	-	5.562	-
ACC	2.172	4.639	6.370	2.172	4.639	6.370
	<u>2.434</u>	<u>12.814</u>	<u>6.609</u>	<u>2.434</u>	<u>12.814</u>	<u>6.609</u>

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data do balanço. A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado

considerando esta variação na taxa de cambio sobre os saldos em 31 de dezembro de 2012 seria uma despesa ou receita financeira de R\$ 40.019 na controladora, quando e caso ocorresse a valorização ou desvalorização da moeda (R\$ 2.682 no consolidado).

e) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O lucro do período em 31 de dezembro 2012 diminuiria/aumentaria em R\$ 2.647 (redução/aumento de R\$2.555 em dezembro 2011). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº. 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº. 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Passivos em Euro	Valorização do Euro	-	-
Passivos em Euribor	Valorização do Euribor	6.096	12.192
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	608	1.217
Exposição líquida		6.704	13.409

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	4.120	8.240
Exposição líquida		4.120	8.240

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e

minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

31/12/12						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado- Mantidos para negociação	-	23.158	-	-	23.339	-
Total:	-	23.158	-	-	23.339	-
31/12/11						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado- Mantidos para negociação	-	14.037	-	-	19.010	-
Total:	-	14.037	-	-	19.010	-
31/12/10						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado- Mantidos para negociação	-	45.860	-	-	45.860	-
Total:	-	45.860	-	-	45.860	-

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir:

Controladora						
31/12/12		31/12/11		31/12/10		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Caixa e saldos de bancos	5.742	5.742	2.742	2.742	3.605	3.605
Aplicações Financeiras	23.158	23.158	14.037	14.037	45.860	45.860
Títulos mantidos até o vencimento	7.972	7.972	17.380	17.380	14.324	14.324
	<u>36.872</u>	<u>36.872</u>	<u>34.159</u>	<u>34.159</u>	<u>63.789</u>	<u>63.789</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	134.611	134.611	110.416	110.416	50.101	50.101
	<u>134.611</u>	<u>134.611</u>	<u>110.416</u>	<u>110.416</u>	<u>50.101</u>	<u>50.101</u>
Consolidado						
31/12/12		31/12/11		31/12/10		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Caixa e saldos de bancos	6.879	6.879	3.186	3.186	3.667	3.667
Aplicações Financeiras	23.339	23.339	29.912	29.912	45.860	45.860
Títulos mantidos até o vencimento	8.423	8.423	17.936	17.936	16.911	16.911
	<u>38.641</u>	<u>38.641</u>	<u>51.034</u>	<u>51.034</u>	<u>66.438</u>	<u>66.438</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	141.334	141.334	126.725	126.725	75.289	75.289
	<u>141.334</u>	<u>141.334</u>	<u>126.725</u>	<u>126.725</u>	<u>75.289</u>	<u>75.289</u>

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa e Equivalentes de Caixa e títulos mantidos até o vencimento

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados nas Notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos da Companhia era de R\$674.627 (R\$612.553 em 2011), composta da seguinte forma: Prédios R\$109.787 (R\$106.866 em 2011); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$277.841(R\$246.473 em 2011); Mercadorias e Matérias-Primas R\$53.089 (R\$44.497 em 2011); Lucro Cessantes R\$233.909 (R\$214.716 em 2011). As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria de revisão especial das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$444.742 em 31 de dezembro de 2012, sendo que R\$44.193 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$400.549 referem-se a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 23 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota, pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.
